



**Quinta Reunião Ministerial
“Agricultura e Vida Rural nas Américas”
no contexto do Processo de Cúpulas das Américas
Montego Bay, Jamaica, 25 a 29 de outubro de 2009**

RM5/AMH9-2009
29 de outubro de 2009

PLANO AGRO 2003-2015
Acordo Ministerial Hemisférico Jamaica 2009
para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas

Construindo capacidade para melhorar a segurança alimentar e a vida rural nas Américas

Nós, Ministros e Secretários da Agricultura ou Chefes de Delegação, reunidos na Quinta Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” na Cidade de Montego Bay, Jamaica, e no contexto do processo de Cúpulas das Américas, dando seguimento ao Acordo Ministerial Guatemala 2007 e aos mandatos relacionados com agricultura, segurança alimentar e vida rural da Quinta Cúpula das Américas (Port of Spain, Trinidad e Tobago, 2009), por este acordo reafirmamos nosso compromisso com a implementação e atualização do Plano AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural das Américas.

Por conseguinte, tendo visto os relatórios nacionais sobre os avanços alcançados e os desafios identificados na implementação do Plano AGRO durante o Processo Ministerial 2008-2009 e com base no consenso obtido pelos Delegados Ministeriais na Reunião do GRICA de 2009 (Grupo de Implementação e Coordenação dos Acordos sobre Agricultura e Vida Rural), adotamos as **ações estratégicas** da Agenda Hemisférica do biênio 2010-2011 e as **medidas** destinadas à implementação e ao seguimento do Plano AGRO.

Agenda Hemisférica 2010-2011

Na atualização da Agenda Hemisférica do biênio 2010-2011, consideramos as ações estratégicas adotadas em 2003, 2005 e 2007, ainda em vigor, e os novos desafios e prioridades identificados pelos países no Processo Ministerial 2008-2009, principalmente no que concerne à segurança alimentar, à crise econômica global e às mudanças climáticas e seus impactos na agricultura e no meio rural.

Na definição das **ações estratégicas** desta Agenda Hemisférica e em consonância com a forma de conceber e trabalhar a agricultura e o meio rural, continuamos a utilizar a AGRO-Matriz aplicada pelos Ministros e Delegados Ministeriais na elaboração do Plano AGRO em 2003 e dos Acordos Ministeriais Hemisféricos Guaiáquil 2005 e Guatemala 2007.

A AGRO-Matriz

Concepção Sistêmica	Territórios rurais	Cadeias agroprodutivo-comerciais	Contexto nacional e internacional	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
Enfoque do desenvolvimento sustentável				
Produtivo-comercial	I. Fomentando empresas rurais competitivas	II. Integrando as cadeias e fortalecendo sua competitividade	III. Promovendo o entorno favorável à agricultura competitiva	→ Competitividade
Ecológico-ambiental	IV. Assumindo a responsabilidade ambiental no campo	V. Do campo à mesa: incentivando a gestão ambiental integrada	VI. Participando na construção da institucionalidade ambiental	→ Gestão sustentável dos recursos naturais
Sociocultural e humana	VII. Qualidade de vida nas comunidades rurais: criando capacidades e oportunidades	VIII. Fortalecendo o aprendizado e o conhecimento na cadeia	IX. Promovendo políticas para a criação de capacidades para as comunidades rurais	→ Equidade
Político-institucional	X. Fortalecendo a participação e a ação coordenada público-privada nos territórios	XI. Fortalecendo o diálogo e o compromisso entre atores de cadeia	XII. Fortalecendo políticas de Estado e a cooperação regional e hemisférica para a agricultura e a vida rural	→ Governança
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS →	PROSPERIDADE RURAL – SEGURANÇA ALIMENTAR – POSIÇÃO INTERNACIONAL			OBJETIVO SUPERIOR DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA E DO MEIO RURAL

Nesse contexto, as principais diretrizes estratégicas que inspiram este acordo, respaldadas pelos processos Ministerial e de Cúpulas das Américas, são as seguintes:

- aumentar a capacidade nacional para lograr o melhoramento da segurança alimentar e da vida rural,
- fortalecer o posicionamento dos temas e prioridades da agricultura e do desenvolvimento rural na consciência pública e nas estratégias nacionais,
- investir mais em agricultura e desenvolvimento rural,
- promover junto aos atores do agro uma forma ampla de conceber e trabalhar a agricultura e o meio rural, e
- incentivá-los a aplicar o enfoque “trabalhando juntos” para o melhoramento da agricultura e da vida rural nas Américas.

Portanto, expressamos nossa vontade de impulsionar, juntamente com outros atores da agricultura e da vida rural, as seguintes **ações estratégicas**:

I. Fomentando empresas rurais competitivas
(Territórios rurais – dimensão produtivo-comercial)

Mais e melhores alimentos

1. Promover a inovação tecnológica e difundir o uso de boas práticas de produção e tecnologia em bases científicas, inclusive as ambientais e sanitárias, entre produtores, organizações de produtores,

líderes locais e profissionais que prestam assistência técnica com vistas contribuir para a produção, a produtividade, a nutrição, a qualidade e inocuidade dos alimentos, a competitividade e a sustentabilidade das atividades agropecuárias.

Diversificação da cesta de alimentos

2. Melhorar a qualidade de vida nas áreas rurais, incentivando a produção de produtos tradicionais de consumo local e de sua cultura, potencializando o uso de espécies e variedades subutilizadas e promovendo o aumento de sua produtividade e comercialização mediante, entre outros, a pesquisa com vistas a contribuir para a diversificação da cesta de alimentos, o abastecimento local, a segurança alimentar e a preservação da biodiversidade.

II. Integrando as cadeias e fortalecendo sua competitividade (Cadeias agroprodutivo-comerciais – dimensão produtivo-comercial)

Armazenamento e processamento de alimentos

3. Promover o melhoramento da tecnologia e infraestrutura de coleta, armazenamento e processamento de alimentos mediante o investimento público e privado a fim de contribuir para o melhor aproveitamento da produção agropecuária, a redução das perdas pós-colheita e o aumento do abastecimento de alimentos nos mercados nacionais e de exportação.

III. Promovendo o entorno favorável à agricultura competitiva (Contexto nacional e internacional – dimensão produtivo-comercial)

Sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos

4. Fortalecer o desenvolvimento de capacidades e a modernização da institucionalidade nacional e internacional no âmbito da sanidade agropecuária e da inocuidade dos alimentos com o propósito de melhorar:
 - a situação veterinária, fitossanitária e de saúde pública dos países,
 - a harmonização das medidas sanitárias e fitossanitárias, de acordo com as normas internacionais e em bases científicas,
 - os controles fronteiriços e de doenças transfronteiriças, e
 - a capacidade de gestão para prevenir e combater a incidência e a propagação dos organismos invasivos e das doenças.

Gestão de solos e água

5. Fortalecer, juntamente com a cooperação de outras instituições nacionais e com o assessoramento técnico de organismos internacionais:
 - a implementação de estratégias nacionais,
 - o intercâmbio internacional de experiências, e
 - a mobilização de recursos,para incrementar a capacidade dos atores do agro a fim de estimular a conservação e a gestão sustentável dos recursos de terra e água para enfrentar a degradação, a desertificação, as inundações e estiagens com vistas à proteção da terra e da água como bens da Humanidade, assim como para incentivar o aumento da produção e da produtividade agropecuária.

Posse da terra e titulação

6. Propiciar programas que facilitem o acesso à terra e o estabelecimento de mecanismos que possibilitem aos pequenos produtores a segurança de sua propriedade e titulação.

Gestão de riscos e emergências agrícolas

7. Aperfeiçoar e desenvolver instrumentos para a gestão de riscos tais como:
 - seguros agropecuários,
 - mecanismos para combater os riscos relacionados com a ocupação ilegal e o furto agropecuário,
 - integração de sistemas de informação de alerta precoce, e
 - redes internacionais de cooperação para a avaliação de riscos,bem como fortalecer a capacidade nacional de gestão integral de emergências na agricultura e no meio rural decorrentes das mudanças climáticas e meteorológicas e da ação do homem.

IV. Assumindo a responsabilidade ambiental no campo

(Territórios rurais – dimensão ecológico-ambiental)

Os desafios identificados estão considerados nas agendas hemisféricas anteriores, razão pela qual não requerem ações estratégicas complementares.

V. Do campo à mesa: incentivando a gestão ambiental integrada

(Cadeias agroprodutivo-comerciais – dimensão ecológico-ambiental)

Os desafios identificados estão considerados nas agendas hemisféricas anteriores, razão pela qual não requerem ações estratégicas complementares.

VI. Participando na construção da institucionalidade ambiental

(Contexto nacional e internacional – dimensão ecológico-ambiental)

Mudanças climáticas

8. Fortalecer a capacidade do setor agrícola para mitigar e adaptar-se às mudanças climáticas mediante o desenvolvimento e a implementação de estratégias que compreendam:
 - a coordenação entre políticas ambientais e de segurança alimentar,
 - o desenvolvimento de incentivos para os que protegem o meio ambiente,
 - a geração e o uso de tecnologias e práticas ambientalmente sustentáveis,
 - maior investimento dos setores público e privado; e
 - avaliação do impacto das mudanças climáticas e intercâmbio de informação.

Gestão agroambiental multissetorial

9. Impulsionar ativamente o enfoque multissetorial para o desenvolvimento de estratégias nacionais com vistas à gestão agroambiental nas áreas rurais.

VII. Qualidade de vida nas comunidades rurais: criando capacidades e oportunidades
(Territórios rurais – dimensão sociocultural e humana)

Gestão e liderança

10. Aprimorar as capacidades de gestão e liderança empresarial mediante a operação de instituições rurais apropriadas, prestando serviços tais como: capacitação, difusão de tecnologia, inovação e informação de mercado, bem como outros serviços para produção e comercialização. Essas atividades deveriam atribuir prioridade especial a pequenos e médios produtores e empresários, trabalhadores rurais, as mulheres e os jovens rurais.

VIII. Fortalecendo o aprendizado e o conhecimento na cadeia
(Cadeias agroprodutivo-comerciais – dimensão sociocultural e humana)

Os desafios identificados estão considerados nas agendas hemisféricas anteriores, razão pela qual não requerem ações estratégicas complementares.

IX. Promovendo políticas para a criação de capacidades e oportunidades para as comunidades rurais
(Contexto nacional e internacional – dimensão sociocultural e humana)

Produção e renda

11. Promover o aumento no número de produtores e empresários rurais, bem como o incremento da renda no campo, mediante:

- sinais claros e de preços de alimentos, assim como das despesas associadas a transporte e processamento,
- o aumento da capacidade de armazenamento, pós-colheita e comercialização,
- estratégias nacionais destinadas à incorporação de grupos, organizações e comunidades rurais ao processo produtivo,
- o aumento do investimento na agricultura,
- o fortalecimento da pequena e média empresa rural, e
- a participação das mulheres e dos jovens rurais em atividades produtivas que lhes gerem renda, ocupação e emprego e que contribuam para o melhoramento da qualidade de vida no meio rural, priorizando os segmentos que apresentem maior vulnerabilidade social e à insegurança alimentar.

X. Fortalecendo a participação e a ação coordenada público-privada nos territórios
(Territórios rurais – dimensão político-institucional)

Enfoque territorial

12. Promover o uso do enfoque sistêmico, multissetorial e participativo na formulação de políticas e programas, na alocação e na concentração de recursos para o melhoramento da agricultura, da segurança alimentar e do desenvolvimento rural sustentável.

XI. Fortalecendo o diálogo e os compromissos entre atores da cadeia

(Cadeias agroprodutivo-comerciais – dimensão político-institucional)

Mecanismos de coordenação e enfoque de cadeia

13. Promover ou fortalecer, conforme o caso, a criação e operação de mecanismos de coordenação formais entre os atores públicos e privados das cadeias agropecuárias que facilitem, entre outros:
- a identificação e eliminação dos fatores que restringem sua competitividade,
 - a análise integral, aplicando o enfoque de cadeia,
 - a geração de confiança e de mecanismos institucionais para solucionar os conflitos inerentes a cada cadeia,
 - o melhoramento da logística entre a propriedade agrícola e o consumo final,
 - o melhor cumprimento do marco regulatório,
 - a resposta a crises, e
 - o diálogo, a concertação e o seguimento de compromissos para a ação.

XII. Fortalecendo políticas de Estado e a cooperação regional e hemisférica para a agricultura e a vida rural

(Contexto nacional e internacional – dimensão político-institucional)

Capacidade institucional

14. Fortalecer a capacidade institucional pública e privada para promover:
- a participação dos atores do agro no desenvolvimento de suas próprias capacidades,
 - a expansão dos serviços técnicos e a inovação tecnológica para melhorar toda a cadeia de valor agrícola com ênfase nos pequenos e médios produtores e nos empresários,
 - a formação de capacidades comerciais que beneficiem a agricultura e as comunidades rurais,
 - a gestão ambiental nas diferentes atividades da agricultura,
 - a coordenação interinstitucional e,
 - a participação com conhecimento de causa nos foros internacionais sobre agricultura e vida rural.

Investimento em agricultura e desenvolvimento rural

15. Promover políticas de Estado para aumentar o investimento público e privado, nacional e internacional, bem como para melhorar o financiamento da agricultura, do agronegócio, das cooperativas, das pequenas e médias empresas, da infraestrutura e dos bens públicos para o meio rural.

Implementação e Seguimento

O Plano AGRO 2003-2015 reflete a vontade dos países de trabalhar rumo à Visão Compartilhada de 2015, considerando que os governos nacionais são os principais responsáveis pela implementação da agenda compartilhada e pela coordenação da participação dos demais atores públicos e privados do agro, à luz de seus compromissos e acordos internacionais.

Difusão do Acordo Ministerial Hemisférico Jamaica 2009 e da AGRO-Matriz

16. A implementação do Acordo Ministerial Hemisférico Jamaica 2009 exige uma ação conjunta dos atores dos setores público, privado e social. Portanto, é preciso haver ampla difusão do Acordo Ministerial Hemisférico Jamaica 2009, ação a ser empreendida pelos Delegados Ministeriais com o apoio dos Escritórios do IICA nos países, levando em conta suas políticas de Estado.

A forma ampla e integral em que estão concebidas no Plano AGRO a agricultura e a vida rural (expressada na AGRO-Matriz) constitui a principal contribuição do nosso Processo Ministerial para facilitar a compreensão da contribuição da agricultura e do meio rural ao desenvolvimento dos nossos países, de acordo com a convocação da Declaração de Compromisso de Port of Spain, no sentido de que empreendamos ações em 2009 que propiciem a implementação dos compromissos assumidos por nossos Chefes de Estado e de Governo, em conformidade com os parágrafos 23, 24, 25, 90 e 93 da referida Declaração.

Mecanismos e estratégias regionais

17. Fortalecer as reuniões regionais dos ministros da agricultura e de outros atores pertinentes e atuar em articulação com os mecanismos de integração regional com relação a consultas, identificação de prioridades, coordenação de ações e adoção de políticas regionais sobre assuntos de interesse comum, no contexto do Plano AGRO 2003-2015.

Apoio e alinhamento dos organismos internacionais

18. Reiteramos nosso chamamento às instituições internacionais, tal como o fizemos em 2001, 2003, 2005 e 2007, e lhes solicitamos que se incorporem ativamente à implementação do Acordo Ministerial Hemisférico Jamaica 2009.

Atualização da Agenda Hemisférica

19. A Agenda Hemisférica 2010-2011 é a quarta de seis agendas bienais mediante as quais deverá ser implementado o Plano AGRO. Os governos nacionais prepararão relatórios sobre o progresso alcançado na implementação de cada agenda bienal, identificando os desafios enfrentados. Esses relatórios servirão de insumo para a atualização da Agenda do período 2012-2013. Por conseguinte, incumbimos:

- os Delegados Ministeriais de elaborar, com o apoio da Secretaria do Processo Ministerial, o relatório nacional sobre o andamento da implementação deste Acordo Ministerial e os desafios encontrados,
- o Foro Hemisférico de Delegados Ministeriais (GRICA) de preparar o Acordo Ministerial sobre o biênio 2012-2013; e
- a Secretaria Técnica de informar, na Sexta Reunião Ministerial, o avanço do Processo Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” e das ações que realizar para assegurar a coordenação desse processo ministerial com o processo de Cúpulas das Américas, a fim de consolidar o

posicionamento da agricultura e da vida rural na Sexta Cúpula das Américas, a realizar-se na Colômbia em 2012.

Foros de diálogo de outros atores do agro

20. Dada a importância da participação de todos os atores da cadeia de valor para o alcance dos objetivos de desenvolvimento da agricultura e do meio rural, consideramos necessário promover foros de diálogo de outros atores, paralelos à Reunião Ministerial, como, por exemplo, da empresa privada e de organizações sociais, entre outros atores chave do agro. Nesse sentido, solicitamos ao IICA e a outras organizações internacionais, parceiros institucionais do processo de Cúpula das Américas, que apoiem a realização desses foros na próxima Reunião Ministerial.

Mecanismos de implementação

21. Diante de nossas preocupações com respeito à efetiva implementação da Agenda Hemisférica 2010-2011, incumbimos o IICA de proporcionar apoio para fortalecer e monitorar a implementação do Plano AGRO nos Estados membros e facilitar o intercâmbio de experiências.

Assinado na Cidade de Montego Bay, Jamaica,
em vinte e nove de outubro de dois mil e nove